Publicado em 17/11/2022 - 05:54

PEC exclui Bolsa Família do teto de gastos de forma permanente

PEC exclui auxílio do teto de gastos

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, apresentou ontem à noite ao Congresso o texto preliminar da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição.

O projeto propõe a retirada do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, por prazo indefinido do teto de gastos (regra que limita as despesas do governo à variação da inflação), mas não determina o valor da despesa que ficará fora da regra fiscal.

Na prática, a PEC permitiria cerca de R$ 200 bilhões em gastos potenciais além do teto em 2023. Seriam R$ 175 bilhões para manter o Bolsa Família em R$ 600 no ano que vem e para bancar R$ 150 a mais por crianças de 6 anos, promessa feita pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a campanha eleitoral.

A minuta prevê ainda a possibilidade de ampliar as despesas com investimentos públicos quando houver receitas extraordinárias – ou seja, quando o governo arrecadar mais do que o previsto –, como royalties de petróleo, por exemplo.

A proposta permitiria gastar até 40% das receitas extraordinárias com investimentos, disse Alckmin, a um limite de 6,5% da receita corrente líquida (RLC) de 2021.

Segundo o relator-geral do orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), essa medida permitiria o gasto extra da ordem de R$ 23 bilhões.

Encaminhamento

Se aprovada, a proposta abrirá espaço de R$ 105 bilhões no orçamento de 2023, que é o valor já previsto para o Auxílio Brasil/Bolsa Família do ano que vem.

Esses recursos seriam realocados para outras áreas, como a recomposição da verba do Farmácia Popular, o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo, entre outros.

A minuta permite ainda que as universidades usem receitas próprias como convênios e doações de forma livre, sem a amarra do teto de gastos.

O senador Marcelo Castro procurou reforçar que o texto levado ao Senado não é a PEC propriamente dita, mas uma "minuta" que será, agora, debatida e formulada pelo Congresso.

– A equipe de transição nos trouxe sugestões. Essa PEC será feita pelo Senado – acrescentou Castro.

A expectativa é de que, até segunda-feira, sejam colhidas ao menos as 27 assinaturas obrigatórias de senadores para que o texto possa ser enviado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, uma vez aprovado, siga para o plenário da casa.

– Queremos aprovar antes de findar o mês de novembro – disse o relator-geral do orçamento.

GZH Atualizações sobre o novo governo em gzh.rs/lula

Reflexos e avaliações

MERCADO

• Desde que começou a ser ventilada, a proposta de retirar o programa social do teto de gastos não foi bem recebida pelo mercado financeiro. Para investidores, sinaliza que a aprovação de um novo arcabouço fiscal pode não acontecer até o final do próximo governo. Essa é a preocupação do grupo de economistas da transição – André Lara Resende, Pérsio Arida, Guilherme Mello e Nelson Barbosa – transmitida aos negociadores políticos da PEC de Transição. Na campanha, Lula prometeu revogar o teto de gastos e o mercado aguarda sinalização de nova regra fiscal.

• Ontem, Geraldo Aclkmin indicou que essa decisão ocorrerá em 2023, afirmando que "a ancoragem fiscal vai ser debatida com mais calma, não será nesse momento". Em meio à apreensão pelo anúncio da PEC, a Bolsa recuou 2,58%, e o dólar comercial subiu 1,55%, fechando cotado a R$ 5,38.

ARTICULAÇÃO

• O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), recebeu a minuta das mãos de Alckmin e se comprometeu em acelerar a tramitação do texto. Mas reforçou que a proposta está em negociação e que a minuta "nem de longe será o texto apresentado".

MEIRELLES

• O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles afirmou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, deveria usar uma "licença" para gastar em 2023, em mecanismo de waiver, que dispensaria o cumprimento de exigências contratuais em contratos internacionais, e voltar a ter âncora fiscal só no ano seguinte.

– O governo Lula deveria usar o waiver em 2023 e, então, cortar despesas não necessárias para retornar ao teto em 2024 – disse ele, durante evento em Nova York.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Pagina:** 10

Copyright © Clipclap 2025.